

Da presença feminina nas Letras & Ciências: o pioneirismo de Adelaide Cabete

Isabel Lousada*

Resumo

Pretendemos com este artigo apresentar e divulgar a médica portuguesa Adelaide Cabete (1867-1935), cuja vida espelha a feliz aliança na conciliação das «Ciências & Letras». A sua actividade traduz a ponte para localizar a presença feminina nas Letras, na História e na Educação, como procuraremos ilustrar. Partindo da afirmação da chamada de trabalhos para esta publicação, segundo a qual “até o princípio do século XX, poucas mulheres participavam ativamente do mundo da cultura, e as atuantes muitas vezes valiam-se de pseudónimos masculinos para suas contribuições”, cumpre acrescentar que o recurso a pseudónimos femininos foi também uma constante na história da autoria feminina, tal como ela é conhecida até hoje. Adelaide Cabete compagina-se entre um significativo número de mulheres que optam por eleger outra mulher como seu pseudónimo. A evocação de Louise Michel (1830-1905) reporta-nos, naturalmente, para uma altura conturbada na Comuna de Paris, em que a participação revolucionária das mulheres amplia o paradigma dominante para o século XIX.

Palavras-chave: Feminismo. Medicina. Adelaide Cabete. Louise Michel. Pioneiras.

A maior parte dos homens de hoje já não receiam que a mulher se torne menos feminina por ser feminista. Ele vê que a mulher, à medida que se interessa pelas questões de ordem social, vai esclarecendo a sua inteligência, vai disciplinando o seu espírito, vai aperfeiçoando a sua própria individualidade, tornando-se assim um elemento de valor positivo, um ser consciente e, portanto, com maior direito ao título de mãe e de esposa. (CABETE, 1924)

Alentejana, Adelaide de Jesus Damas Brazão torna-se conhecida pelo apelido Cabete, que adota logo após o casamento celebrado, em 1886, com o republicano Manuel Fernandes (1849-1916). Louise Michel é o nome simbólico por si eleito ao ser iniciada pelo Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Sebastião de Magalhães Lima, a 1 de Março de 1907, deixando transparecer a admiração pelo perfil dessa revolucionária francesa, celebrizada du-

* Nascida em Lisboa, em 1962, é investigadora auxiliar de nomeação definitiva do Centro de Estudos de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Possui licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (1984), os graus de mestre (1989) e doutora (1999) em Estudos Anglo-Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa. (E-mail: iclousada@gmail.com).

rante a Comuna de Paris, em 1871. Aliás, refira-se o facto de que também a anarquista francesa conciliara a atividade médica com a de educadora, tendo usado o pseudónimo Clémence. Os paralelismos que podemos traçar a propósito de Adelaide Cabete e Louise Michel são inúmeros, como tivemos ocasião de assinalar ao longo da biografia entretanto editada.¹ Oportuno será, desta feita, partilhar o modo como, por seu punho, assina com o nome simbólico a missiva que agora trazemos à luz², e em que se revoltava contra a propagação de superstições e credences, considerando-as intoleráveis e incompatíveis com o espírito maçónico de que estava empossada³.

Adelaide Cabete foi uma insigne feminista e militante na defesa da emancipação feminina nos vários movimentos e múltiplas iniciativas em que esteve envolvida (Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Ligas de Bondade⁴, Congressos Feministas e de Educação, Liga Antialcoólica, Liga Portuguesa Abolicionista); Cabete foi ainda capaz de reunir um grande número de adeptas de credos opostos, pelo espírito de liderança e qualidades humanas patenteados ao longo da sua vida. Nobreza de carácter, simplicidade e firmeza aliadas ao dom de palavra levam-na à esfera pública, contrariando a tónica de uma sociedade misógina e patriarcal. Senhora de uma escrita contundente e eclética, denuncia a elevada inteligência de que era dotada, mantendo uma ironia louvável nos seus textos. Amante da leitura e sequiosa de saber, deixou obra profícua na defesa dos mais necessitados, mantendo intensa atividade profissional, quer como reputada médica, quer como educadora.⁵

Ainda durante a monarquia, assistiu à defesa e à luta pela implantação da República, que viu nascer, e nesse processo teve parte ativa. Sofreu com a falta de liberdade no período da ditadura militar e, em 1929, partiu para Angola ensaiando um novo começo. Teve uma vida singular e um papel relevante aos mais diversos títulos, vindo a morrer em pleno Estado Novo, a 14 de Setembro de 1935, de forma repentina, vitimada por um ataque cardíaco, na sua residência de Lisboa.

A sua família conta-se entre as muitas do Alentejo profundo, cujos magros proveitos não permitiam assegurar aos filhos uma educação primária que os excluísse do trabalho diário necessário ao sustento da casa. Contudo, dotada de forte personalidade e carisma, o facto de ajudar na apanha da ameixa não a impediu de aprender nem de cantar. Apelidaram-na de mulher forte, como a sua própria compleição nos deixa ver e a obra legada nos faz constatar. Intrépida pioneira republicana, feminista e maçona, foi,

¹ V. LOUSADA, Isabel. *Adelaide Cabete (1867-1935)*. Lisboa: CIG, 2010. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5089/1/Adelaide%20Cabete_Miolo.pdf>.

² Ver anexo A.

³ Seção de reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, Espólios, N47, cx1.

⁴ V. LOUSADA, Isabel. Ligas de Bondade. In: *Roteiros Feministas na Cidade de Lisboa*. Lisboa: UMAR, 2010. v. 1, p. 18-20. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/4302/1/Ligas%20de%20Bondade.pdf>>.

⁵ Em 1912 é admitida como médica e professora no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, em Odivelas, onde rege a disciplina de Higiene e Puericultura até 07/02/1929. Ver anexo D.

com Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911), das primeiras médicas a exercer a profissão em Lisboa. Surpreendentemente, ambas foram protagonistas de um papel de relevo, enquanto conspiradoras, pois as suas mãos criaram as primeiras bandeiras republicanas “verde-rubras” que, dois meses depois, a 5 de Outubro, assinalariam a vitória da Revolução.⁶

O consultório de Adelaide Cabete funcionaria também como ponto de apoio às múltiplas atividades de índole filantrópica, sendo ainda sede do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), do qual foi a mais destacada presidente. Fruto de uma vida intensa, enriquecida por experiências muito distintas, viajando além-fronteiras para representar Portugal em congressos internacionais, desde logo os seus horizontes se ampliaram a um ponto que o seu nascimento, o seu género e a vida que levou na infância não fariam supor.⁷ Só muito tardiamente lhe foi possível sair do analfabetismo, mas a velocidade com que a partir daí conquistou etapas novas e cada vez mais difíceis marcou o seu percurso académico⁸, pedagógico e científico⁹:

Excelente colega, muito estudiosa, sempre a par de toda a matéria das lições dadas, salvou muitos condiscípulos, menos aplicados, de darem “estenderetes”. Na aula de “História” do antigo Liceu do Intendente (Lisboa), regida pelo prof. Torres Mascarenhas, em que, numa turma de cento e tantos rapazes, era ela a única aluna, muitas vezes “assoprou” as respostas que os colegas chamados à lição deviam dar, mercê do seu saber e do lugar que ocupava, junto à mesa do mestre. Esse sentimento de generosa solidariedade era já uma primeira manifestação do que Adelaide Cabete devia tornar-se no decorrer da sua vida, toda de “bem fazer”, de “bem querer” e “bem sentir”, abraçando com viva satisfação todas as ideias e obras altruístas. E assim, por ideal de estética social, por necessidade intelectual de verdade e justiça, dedicou-se, apaixonada e sinceramente convicta, à propaganda a favor da emancipação social da mulher, que ela queria ver liberta de preconceitos. O seu feminismo, porém, não era a masculinização da mulher, nem o seu alheamento da vida doméstica e, conseqüentemente, o abandono do lar. (LIMA, [s.d.], p. 564-565, grifo do autor)

⁶ V. LOUSADA, Isabel. Em fazenda verde-rubras. In: *A Maçonaria e a Implantação da República*. Lisboa: Fundação Mário Soares, 2009. p. 78-87. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/2569/1/Em%20fazenda%20verde.pdf>>; LOUSADA, Isabel. Carolina: Por entre os itinerários da Memória e da Ciência. *Gaudium Sciendi*, Lisboa, n. 2, p. 108-117, jul. 2012. Disponível em: <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/SCUCP/GaudiumSciendi/GaudiumSciendi_N2/N2_Artigos_IsabelLousada.pdf>.

⁷ Em 14 de Novembro de 1911 é sócia da Sociedade de Geografia de Lisboa com o número 9162.

⁸ Adelaide Cabete faz o exame de instrução primária, em 1889, matriculando-se no então Liceu Central de Lisboa, a 27 de Setembro do mesmo ano, vindo a concluir o Curso dos Liceus em 1894.

⁹ Ver anexos B e C.

Amante da liberdade republicana, espelhou os valores apregoados e defendidos pelos círculos republicanos e socialistas de que participou. Como mostra de reconhecimento, e a título póstumo, recebeu, a 10 de Junho de 1995, Medalha e Colar de Grande Oficial da Ordem da Liberdade. A homenagem de que foi alvo espelha a Humanidade – seu lema de vida – e o amor à liberdade, a esteira que seus passos percorreram, na demanda da justiça e da equidade. Disse, e a *República Social*, em 13 de Outubro de 1928, regista:

Nos países onde a moral é única, as mulheres gozam de todos os direitos, o verdadeiro feminismo impera e ainda mais, eles são os mais prósperos e brilhantes do mundo, ao passo que naqueles como o nosso onde os homens são polígamos as mulheres são umas verdadeiras escravas dos homens e estes, como filhos de escravas, ressentindo-se dessa tara, negam à mulher toda a interferência na administração do Estado, como até lhes negam a administração dos seus bens logo que casam.

Homens educados assim não podem compreender o verdadeiro feminismo.

Obcecados, como todos os açambarcadores do poder, não querem ceder uma migalha do seu poderio e colocam assim o sagrado torrão onde nasceram, na retaguarda dos outros.

Num país assim nem mesmo os homens são felizes.

Estes países não vivem, vegetam. (CABETE, 1928)

Não foi impunemente que as maiores feministas portuguesas a homenagearam ainda em vida. Entre as várias intervenções que poderíamos destacar para corroborar o que foi mencionado, elegemos desta feita o facto de ter sido Adelaide Cabete uma pioneira da Medicina em Portugal, encontrando-se entre as primeiras formadas pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, notando uma realidade legislativa pouco conforme ao feminismo, na medida em que nem todas as profissões eram acessíveis ao universo feminino. Lembramos, a título de exemplo, que só depois do 25 de Abril de 1974 foi possível o ingresso de mulheres na carreira diplomática portuguesa.

Apesar de não serem muito numerosas, a importância do estudo das primeiras médicas portuguesas tem particular sentido. A Escola Médico-Cirúrgica e a Faculdade de Medicina de Lisboa assinalam a passagem de muitas delas, coincidindo com o desenvolvimento da ciência no nosso país e com a primeira vaga do feminismo.

A jornalista Virgínia Quaresma¹⁰ (1882-1973), pouco antes da implantação da República, apresenta-nos o seguinte quadro:

Um grupo de médicas todas elas estudiosas e distintas, uma plêiade de poetisas de comprovado valor, um punhado de mulheres inteligentes e boas que apostolizam o amável ideal da paz não falando em D. Domitília de Carvalho, formada pelas Faculdades de Medicina, de Filosofia e de Mate-

¹⁰ A este propósito v. Ana Galheto, em *O génio da raça*, que apresenta uma pequena biografia da jornalista portuguesa, nas páginas 63 a 70.

mática e directora do único liceu feminino que tem Portugal e D. Emília Patacho, médica distintíssima, conferente e directora da Casa da Correção. (QUARESMA, 1910)

Tendo feito alusão a Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo, Maria do Carmo Lopes e Sofia Quintino, não considerara outras, então já também habilitadas para o exercício da medicina, como Elisa Augusta da Conceição Andrade, a primeira médica em Portugal com consultório médico-cirúrgico especial para senhoras e crianças, a funcionar no Largo de S. Roque, junto ao n.º 3 – 1.º Dtº, desde 1889. É o *Diário de Notícias*, de 1 de Setembro, em 1889, a saudar a primeira médica em Portugal:

A Sr.ª D. Elisa Augusta da Conceição Andrade, que concluiu este ano o seu curso na Escola Médica de Lisboa, abriu consultório para senhoras e crianças. Eis enfim dado o primeiro e grande passo para a emancipação da mulher, em Portugal! Dentro em pouco, daqui a um ano talvez, duas novas médicas, formadas pela escola do Porto virão juntar-se àquela, e o exemplo destas será seguido e outras lhe sucederão até que entre definitivamente nos nossos costumes a *femme savante* como até aqui entrara a *ménagère*. Para trás a touca de rendas e o avental de chita, para trás o tricot e a agulha de marfim, para traz o pot au feu! Honra à Ciência! Glória ao bisturi!

Aliás, os periódicos da época vão assinalando o sucesso da médica, relatando como ia sendo extraordinária a concorrência de senhoras recorrendo aos serviços no seu consultório.

Tal como previsto, assim sucedeu, e outras tantas médicas fizeram o seu caminho, posteriormente, com maior ou menor facilidade, com melhor ou pior resultado, construindo percursos em universos dominados pelo elemento masculino e que durante tantos séculos lhes foram vedados. Escrever sobre elas é também render tributo à luta pela conquista do mérito e à vitória da vocação no feminino. Ainda que exercendo a profissão de médica, Cabete torna-se figura assinalável, sobretudo por permitir vislumbrar o modo como concilia esse labor com a intensa actividade dita filantrópica. Conhecida que é a sua avidez pela leitura, estamos em crer ser identificável como *hobby* o exercício diário que do ler fazia, tornando-se depois, conseqüentemente, o conhecimento e a atualização de conhecimentos, que da leitura lhe advinham, a alavanca para outras áreas de intervenção em que se movimentava – com bastante dinâmica, saliente-se.

As suas leituras resultam invariavelmente em opiniões e crítica que passa para artigos editados, quer no *Boletim do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, em *Alma Feminina*, como noutros; e a participação na imprensa escrita torna-se um sustentáculo determinante para o progresso social que pretendia ver alcançado.¹¹

¹¹ V. LOUSADA, Isabel. Elos de progresso científico e social: contributo para a História das Mulheres Cientistas em Portugal. In: *Women, Science and Globalization. What's up?* Lisboa: AMONET, 2012. p. 57-85. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/8389/2/Amonet-Isabel%20Lousada%20p65.pdf>>.

Várias foram as causas pelas quais batalhou incansavelmente, entre as quais salientamos a da educação/instrução, baseada no seguinte princípio:

E certíssimo também é que incutindo a vontade a um povo, faz-se dele uma nação de autônomos e não de autómatos que só são aceitáveis nos povos selvagens.

São, portanto, teorias muito de peso as expostas pelos grandes homens da Humanidade com respeito à necessidade da educação e instrução, duas alavancas precisas para sustentar uma nação.

Mas pertence só à mulher, e principalmente às mães, essa grandiosíssima missão, pois só elas sabem educar e instruir a criança, incutindo-lhe a vontade, sim, mas com bondade, ternura e amor, trindade esta que forma a terceira alavanca necessária para agrupar às duas acima descritas. (CABETE, 1933a)

Donde, num conceito mais alargado, Adelaide Cabete defendia a proteção das crianças como factor de impedimento para o propagar da violência. Travar a violência, pela educação infantil, era, em seu entender, a proposta mais razoável e a semente mais fecunda. Fundamentava a médica os seus argumentos em modelos já testados internacionalmente com sucesso. A título de exemplo retenhamos o seguinte:

Na Bélgica, nação a mais pacifista de todas, se tinha assentado em fundar numa aliança entre todos os educadores mundiais para se fazer a propaganda da paz na Escola.

Muito me apraz ver germinar esta ideia por toda a parte, pois estou convencida de que, visto os adultos estarem eivados de tanta maldade, só da criança se pode esperar a germinação dum ideal puro como o da Paz.

Em 1923, como já tive ocasião de dizer algures, apresentei numa reunião pacifista internacional, em Paris, o princípio de que as máximas *se queres a paz prepara a guerra e se queres a paz prepara a paz* deviam ser substituídas pela seguinte: *se queres a paz prepara a criança*.

Por eu ter há muito defendido esta ideia, se explica a minha grande satisfação ao ler a local acima mencionada.

E, pois, certo que todos os países civilizados estão tratando deste momentoso assunto, educando a criança, o homem de manhã, em tão puros e belos ideais, e que em todos se fundam associações internacionais para crianças, todas elas de carácter pacifista como são, as Ligas de Bondade, os Escuteiros, os Amigos dos Vizinhos, etc.

Precisam as crianças portuguesas de ser educadas nestes princípios? Sim, mais ainda do que quaisquer outras, pois trazem ao nascer as tendências ancestrais guerreiras dos seus avós, porque a hereditariedade moral, como a física, é um facto, apesar de muitas teorias quererem negá-la. (CABETE, 1933b, p. 2, grifo da autora)

Se ao longo de toda a sua vida foi coerente e constante a defender essas questões, assim foi paulatinamente também escrevendo e lutando contra práticas nefastas, privilegiando o educar para a prevenção, de modo a combater os flagelos provocados pelos vícios, tais como o jogo, o tabagismo, o alcoolismo e a prostituição, que via tantas vezes andarem, infelizmente, aliados e que denunciava.¹² Também no quadro internacional, as diferentes correntes higienistas frequentemente se permitiam aglutinar causas, de que, aliás, chegavam notícias a Portugal, através dos jornais, como é o caso do artigo “A força na propaganda feminista”, escrito propositalmente para *O Rebate*, de Marthe Bray, reputada jornalista francesa que presidia à Liga de Ação Feminina pro Sufrágio:

Nós não nos contentamos de pregar o sufrágio feminino: temos também a alegria de mostrar que antes de tudo nos sabemos tornar úteis. Com efeito, a luta contra os flagelos sociais está inscrita no programa feminista. Ora a Higiene, filha do Progresso, não está ainda tão espalhada como nós o desejaríamos, por isso, ao mesmo tempo que efectuamos o nosso trabalho de sufragistas, trabalhamos também na propaganda de higiene social geral. Munidos duma carta de apresentação para todos os «maires» de França, carregadas de cartazes, de folhetos contra o alcoolismo, a sífilis, a tuberculose, o cancro, as doenças infantis. (BRAY, 1928, p. 1)

Também era este um modo de atuar por parte das organizações feministas e filantrópicas presididas por Adelaide Cabete. Aliando a sua capacitação enquanto médica ao estatuto que a sua história de vida lhe vinha granjeando, tornava-se combatente em várias frentes, em consonância com os conhecimentos científicos universalmente aceites como válidos na defesa do bem comum, pela partilha que deles fazia, advogando a profilaxia:

A luta anti-alcoólica por meios educativos é a que se deve fazer entre nós de preferência à repressiva. Um povo como o nosso que não suporta ditaduras, também não suporta leis repressivas das suas liberdades individuais ainda que estas sejam para o seu próprio interesse. Bem sei que o processo educativo precisa de muita intensidade de acção para produzir algum efeito mas não há dúvida que é de absoluta necessidade fazer-se entre nós esta propaganda sob pena de vermos uma raça definir-se a passos gigantes.

Vejamos algumas destas reformas sociais tendentes a combater o alcoolismo. Um dos meios é o internato facultativo dos alcoólicos em hospitais apropriados. Todo o indivíduo que bebe é um doente, é um degenerado e, como tal, incapaz, por seu alvedrio, de se curar a si próprio [...].

A propaganda feita pelos educadores e na escola, é, quanto a mim, a mais eficaz. É preciso ensinar à criança o que é o álcool e o perigo que resulta do seu uso. Entendo que se

¹² V. LOUSADA, Isabel. A Batalha de Adelaide Cabete em *A Batalha* – higienismo no feminismo. In: *Actas do Congresso Feminista 2008*. Lisboa: UMAR, 2009. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/2570/1/Actas_CF08.pdf>.

devem fazer conferências semanais, nas escolas, acompanhadas de projecções animatográficas. É indispensável gravar no cérebro das crianças os malefícios que o álcool produz, visto que, segundo creio, os resultados são mais seguros. (CABETE, 1924a, p. 6)

Porventura um dos aspectos menos estudados das suas obras é o do seu envolvimento na Liga Portuguesa Abolicionista [contra a prostituição], de que aliás é membro fundador, em Portugal.

Apesar de não ter sido mãe biológica, Cabete criou dois sobrinhos, Maria (1873-1943) e Arnaldo Brazão (1890-1968), sendo este último o seu coadjutor no combate às redes de tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual. Procurando dar leitura mais cabal a esse aspecto, ao qual se dedicou empenhadamente, adiante integramos uma pequena cronologia em modo de síntese, na expectativa de poder servir de enquadramento à temática:

1875 – Fundação da Federação Abolicionista Internacional [19 de Março].

1876 – 1.^a Conferência em Londres da Federação Abolicionista Internacional, fundada por Josephine Butler (1828-1909).

1885 – Admissão de médicas ao internato nos hospitais por decisão do Conselho Municipal de Paris [2 de Fevereiro].

1913 – Congresso de Paris, organizado pela Federação Abolicionista Internacional.

1922 – Congresso de Roma, organizado pela Federação Abolicionista Internacional.

1924 – Congresso de Gratz, organizado pela Federação Abolicionista Internacional.

1926 – Atuação de Adelaide Cabete como coadjuvante na organização do 1.^o Congresso Abolicionista Português, organizado pela Liga Portuguesa Abolicionista, representando a Loja Humanidade [Agosto].

1927 – Congresso de Anvers, organizado pela Federação Abolicionista Internacional.

1929 – Realização do II Congresso Abolicionista, em Portugal, a cargo da Liga Portuguesa Abolicionista [Maio]. Adelaide Cabete colabora e apresenta a Tese *Eugénica e Eugénica*.

Não será despidendo referir a morada da Liga Portuguesa Abolicionista, correspondendo precisamente à morada do consultório de Adelaide Cabete, sito na Praça dos Restauradores, n.º 13, 2.º, em Lisboa. Curioso será lembrar que, ao fazer-se o balanço do I Congresso Abolicionista, realizado em Agosto de 1926, foi referido ser o fator educativo o ponto-chave para se poder actuar eficazmente contra a prostituição, atribuindo à falta de educação da mulher a determinante para a sua queda. A luta contra o meretrício foi, nesse primeiro encontro, participada por inúmeros congressistas, sobretudo professores. No caso do II Congresso Abolicionista, refira-se que foram convidados, para além da médica, e entre outros, António Ferrão, Angélica Porto, Emílio Costa, Beatriz de Magalhães, Maria O'Neill, Agostinho

Fortes, Elina Guimarães, para além de Adolfo Lima. Tal facto indicia a margem de apoio requerida pelos promotores da iniciativa.

Aliás, é assinado pela pena de Maria O'Neill o poema dedicado a esse advogado feminista e abolicionista convicto, que transcrevemos:

Quando o homem respeita a mãe que há tido
Em todas as mulheres que conhece
E, defendendo as fracas, enaltece
O muito que elas têm padecido.
Quando, por todos, é reconhecido
Que tenta erguer o ser que desfalece
E filha vê naquela que parece
Ter-se cada vez mais envilecido...
Começa o seu caminho radioso
E passa além do que lhe está marcado
Neste mundo onde impera lama e dor.
E quer creia ou não creia vive em gozo:
Pois quem levanta um ser já desprezado
Segue os passos do Grande Redemptor.
(O'NEILL, 1928, p. 1)

Marcada a sua atuação pela poesia, esta correspondia, na verdade, a uma luta que ainda hoje não foi ultrapassada; se já no 1.º Congresso Feminista e de Educação, a professora Victória Pais de Andrade (1882-1930), a 22 de Junho de 1926, sintetizava o sentir e o pensar acerca das malhas e das redes em que as mulheres mais vulneráveis eram vítimas e cativas, também hoje encontramos eco desse mesmo combate, ainda por vencer, em projetos (POPH – Programa Operacional Potencial Humano) como o que recentemente, em Portugal, organizou, no Centro de Informação Urbana de Lisboa, a Conferência Internacional Tráfico de Mulheres – Romper Silêncios, congregando elementos da FIDM (Federação Democrática Internacional das Mulheres) ou a Campanha Europeia “Juntos por uma Europa Livre de Prostituição”, promovida pelo Lobby Europeu de Mulheres.¹³ Nas palavras de Victória Andrade (1926, p. 22-23), a premência da causa é assinalada do seguinte modo:

É tempo de modificarmos o actual estado de coisas, tentando dignificar a mulher para dignificarmos a Humanidade de que ela faz parte.
É preciso compreendemos que a mulher que hoje tem a coragem moral, de criar, educar e apresentar publicamente um filho que o pai cobardemente abandonou [...].
Por isso não admira que tantas vezes sucumba, escolhendo qualquer dos caminhos de que já falei para se refugiar e acalmar as suas dores – o suicídio ou a prostituição. [...]

¹³ Refira-se a Associação «O Ninho» cuja história é assinalável, no nosso país, procurando encontrar vias de resolução para o drama da prostituição, encarando o tráfico como a “escravatura do Século XXI” V. <<http://www.oninho.pt/ficheiros/documentacao/TR%C3%81FICO%20DE%20MULHERES%20%E2%80%93%20R%C3%81MPER%20SIL%C3%81NCIOS.pdf>>.

Se as coisas se passassem de outro modo, isto é, se a nossa organização social reconhecesse a todos os seres sem diferença de sexo os mesmos direitos, ainda teríamos hoje, que travar um combate tão activo contra o indecoroso comércio da carne humana? Creio bem que não.

Desde a sua fundação, a leitura do 1.º artigo dos Estatutos da congénere abolicionista internacional permite encarar a regulação da prostituição como “erro higiénico, injustiça social, monstruosidade moral e crime jurídico”, donde para lhe fazer face a Federação tenha proposto um combate em três frentes, visando ao aspecto moral, social e jurídico. Assim entendemos, pois, os múltiplos esforços para que em Portugal essa convicção passasse também da teoria para o terreno. Face ao registo da Assembleia Geral, que decorreu em 13 de Janeiro de 1929, foram eleitos os seguintes corpos sociais: a médica Cabete, presidente da Assembleia Geral, e Maria O’Neill, vice-presidente, tendo como secretários, respectivamente, José Carlos de Sousa e Augusto Carlos Rodrigues; como membros da direcção encontravam-se o advogado Arnaldo Brazão e a vice-presidente, Angélica Porto, secretariados por Beatriz Magalhães e Mariana da Assunção Silva, tendo por tesoureiro Henrique Gonçalves e vogais Maria Luz Santos e Maria da Conceição Lopes Marques. O Conselho Fiscal era composto por Domingos Alvares da Cunha, tendo como vogais Carlos Pereira e Amélia Trigueiros.¹⁴

O facto de se encontrarem reunidas essas figuras demonstra a intensa atividade em que se empenhavam em simultâneo, sendo pertinente notar que Angélica Porto integrava a Seção de Moral do CNMP (Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas) que emite o seguinte parecer, em Abril de 1926:

Reconhecendo que o desafoço económico da mulher é um meio eficaz para coibir o meretrício e que só a integral educação do ser humano conseguirá o desaparecimento desta mácula social e a verdadeira moral nos costumes, manifesta o desejo de contribuir quanto as suas possibilidades o permitir, para tão precioso resultado. (PORTO, 1926, p. 8)

Muito antes a questão do abolicionismo vinha sendo debatida, e publicitada a opinião veiculada pelas ativistas do CNMP. A título de exemplo, referimos textos publicados, desde logo, em 1916, em que uma leitora assina, para o Boletim de Maio do CNMP, um artigo intitulado “A emigração feminina e o tráfico de brancas”; também em anos subseqüentes o assunto é trazido à discussão, chegando Maria Clara Correia Alves a assinar “Tráfico de brancas”, em *Alma Feminina*, em 1919.

Ainda assim pretendemos destacar a tomada de posição havida por Adelaide Cabete, no Congresso Internacional Feminista de Roma (1922), em que participou na qualidade de delegada do Governo Português, e de cujo relatório citamos:

¹⁴ Pelo artigo “Contra a prostituição”, editado a 13 de Setembro de 1928, em *O Povo* (ver anexo E), se comprova a actividade constante que a LPA (Liga Portuguesa Abolicionista) foi mantendo.

3.º Abolição dos regulamentos da prostituição.

Tudo quanto tenho dito se pode fazer entre nós, a legislação vigente é antiquada, está fora da orientação moderna e já não corresponde ao fim a que é destinada, se acaso alguma vez deu resultados benéficos. As visitas sanitárias de toleradas, que muitos julgam ter uma função defensiva importante, não passam de um criminoso logro. Só as facilidades de tratamento são o único remédio capaz de combater propaganda de tão horrível mal. A obrigatoriedade do tratamento para as prostitutas, no actual regimen de regulamentação, não corresponde ao fim desejado, porque elas resistem a este princípio tirânico de excepção, e só depois de contaminarem vários indivíduos, só depois de espalharem o mal, recolhem á enfermaria onde ficam encarceradas. No regimen facultativo, seriam elas próprias que procuravam os meios de combate contra a doença que as corroía fisicamente, já não encaravam como um castigo o tratamento hospitalar que passa a ser voluntário.

Em Inglaterra, há dezenas de anos, depois de uma vigorosa campanha sustentada por Josefina Butler, que se aboliu a regulamentação da prostituição e as estatísticas sanitárias não acusaram, ainda, este regimen de liberdade como prejudicial á saúde pública.

Grande tem sido a campanha abolicionista em vários países, mas ainda não tomaram resoluções de modo a ingressarem na corrente científica mais moderna.

Em Portugal nada está feito, um ou outro artigo jornalístico e nada mais. (CABETE, 1922)

Atendendo ao que a médica refere como fecho para a sua intervenção que acabámos de transcrever, no sentido de que pouco ou nada fora feito ainda no nosso país, é caso para reforçar lembrando a posição de seu sobrinho, advogado e coadjutor que, na qualidade de relator ao 1.º Congresso Feminista e de Educação, afirma:

Não há formosa sem senão. É o caso da legislação do Governo Provisório da República Portuguesa na parte referente á prostituição. [...]

O legislador, tendo mexido nas disposições regulamentares da prostituição, não teve coragem de lançar um golpe mortal contra a vergonha de uma sociedade, deixou ficar o que era humilhante e tornando ainda mais opressivas e mais odientas as medidas já existentes. (BRAZÃO, 1925, p. 183-184)

Arnaldo Brazão manter-se-á fervoroso apóstolo na causa e, já mais adiante, em Dezembro de 1931, retoma a tese que defendera no 2.º Congresso Abolicionista, realizado em Lisboa, em 1929, publicando em *Última Hora* "A maternidade ou o direito de ser mãe", deixando clara a intenção de exaltar a maternidade livre de preconceitos:

A mulher, mãe, dentro ou fora do casamento, cumpria o mais sagrado dos seus deveres [...].

As ligações ilícitas e a prostituição continuam gangrenando a nossa organização social.

Contra isso se têm erguido as mais autorizadas opiniões, mas o problema sexual continua ainda sem solução.

Não enfileiramos ao lado daqueles que, em frente de uma mãe, não cuidam da sua posição à face da sociedade, mas à face da Natureza, porque partimos do princípio que ela soube cumprir ou quis cumprir um dever. (BRAZÃO, 1931)

A regulamentação da prostituição compreendeu inúmeras movimentações, trazendo à discussão pública variadíssimos argumentos, que seria impossível retratar neste artigo; todavia acreditamos ter esboçado, a traços largos, o cenário de fundo em que circunscrevemos a posição de Adelaide Cabete.

Para terminar, gostaríamos de salientar as conclusões que, a propósito da tese “Polícia feminina”, a médica feminista redige:

1.º – As funções da mulher nos serviços policiais são de vigilância e protecção das crianças, jovens e mulheres e de prevenção contra o crime.

2.º – A polícia feminina tem uma acção educativa.

3.º – Para combater a prostituição é urgente remodelar os serviços policiais segundo os princípios abolicionistas e estabelecer secções de agentes femininos. (CABETE, 1926, p. 26)

A série de diálogos publicados na imprensa periódica coeva, debaixo do título “Diálogo entre mãe e filha”, revela a preocupação em tornar acessíveis conhecimentos científicos elementares necessários a uma vasta maioria da população que os desconhecia. Editados em *A Batalha*, periódico de grande circulação por entre os operários e as camadas mais desfavorecidas socialmente, corroboram a intencionalidade de promover “boas práticas”, em termos não só médico-sanitários, como de valores humanos. O ex-certo que a seguir transcrevemos ilustra a sabedoria em termos científicos ligada às então mais recentes correntes da psicologia, behavioristas, que a médica traduz de modo exemplar, com intuito formativo, visando a contribuir para erradicar todas as formas de violência, especialmente as que surgem nas mais pequenas idades:

Vou contar-te um caso que prova bem o que acima digo: Uns sábios fizeram a seguinte experiência: isolaram uma criança numa casa de campo só com uma mulher maneta, isto é, sem mãos, e uma cabrinha para a alimentar; junto desta casa isolaram outra criança, alimentando-se da mesma maneira, mas a mulher que a tratava tinha mãos. Ao fim de 15 meses trouxeram as crianças para o convívio das outras; fizeram-nas zangar até chorar e fingiram que lhes batiam: e sabes o que notaram? Aquela que só tinha vivido com a maneta zangou-se e chorou mas não fazia o gesto de bater, porque nunca o tinha visto pela razão de a mulherzinha com quem tinha convivido nunca lho fez por não ter mãos, ao passo que a outra logo que a fizeram zangar defendia-se,

querendo bater levantando as suas mãozinhas. Já vê por isto, que a maior parte dos gestos grosseiros e agressivos os assimilamos por os vermos fazer e não porque sejam inatos.
P. – Então é por isso que a mamã não gosta que eu finja que bata no bebé?
R. – E'. Pois eu desejo que tu diante do nosso bebé só tenhas maneiras delicadas e gestos que indiquem bondade, tanto mais que dizes que queres ser uma senhora professora.
(CABETE, 1924b, p. 6)

Volvidos tantos anos, muitos dos sulcos traçados pela médica feminista e higienista Adelaide Cabete ainda não se transformaram em percursos reais nos caminhos da igualdade, nem em Portugal, nem no mundo, como à luz dos Direitos Humanos desejaríamos tivessem sido entretanto conseguidos, a bem de toda a humanidade. A educação, pedra de toque para a transformação exigida, merece todo o empenho que mulheres como Cabete lhe souberam dedicar. Lembrá-la é, pois, um grato prazer e, simultaneamente, um dever de cidadania que desejamos cumprir, exibindo o modo harmonioso como estabeleceu pontes entre as diferentes áreas do saber, aliando, da teoria à prática, os universos da ciência médica, da análise social e da intervenção como educadora que elegeram ser.

*Recebido em março de 2013.
Aprovado em abril de 2013.*

Female Presence in Letters & Sciences: the Pioneering of Adelaide Cabete

Abstract

This essay aims to present and advertise the Portuguese physician Adelaide Cabete (1867-1935), whose life mirrors the happy alliance in the conciliation of «Ciências & Letras». Her activity translates the bridge to locate the female presence in Letters, History and Education, as we will try to illustrate. Beginning with the call for papers for this publication according to which “until the early twentieth century, few women participated actively in the world of culture, and often drew on male pseudonyms for their contributions.” It must be added that the use of female pseudonyms was also constant in the history of female authorship, as it is known today. Adelaide Cabete is part of a significant number of women who choose to elect another woman as their pseudonym. The evocation of Louise Michel (1830-1905) takes us, naturally, to a troubled time of Paris Commune in which women’s revolutionary participation expands the dominant paradigm for the nineteenth century.

Keywords: Feminism. Medical science. Adelaide Cabete. Louise Michel. Pioneers.

Referências

ANDRADE, V. Teses abolicionistas enviadas pelo CNMP ao 1.º Congresso Nacional Abolicionista. Lisboa, 1926, p. 22-23.

BRAY, M. A força na propaganda feminista. *O Rebate*, p. 1, 15 fev. 1928.

BRAZÃO, A. 1.º Congresso Feminista e de Educação: Relatório, 1925.

_____. A maternidade ou o direito de ser mãe. *Última Hora*, dez. 1931.

CABETE, A. A luta anti-alcoólica: reformas sociais – O que há a fazer em Portugal – A propaganda na escola. *A Batalha*, p. 6, 12 maio 1924a.

_____. Às mães portuguesas. *A Província de Angola*, 23 dez. 1933a.

_____. Congresso Internacional Feminista de Roma: Relatório da delegada do Governo Português Dr.ª Adelaide Cabete. *Alma Feminina*, p. 33-41, 1922.

_____. Diálogo entre mãe e filha: as touradas. *A Batalha*, p. 6, 20 out. 1924b.

_____. Educação infantil: contra a educação da criança no culto da violência. *A Província de Angola*, p. 2, 21 mar. 1933b.

_____. *República Social*, 13 out. 1928.

_____. Teses abolicionistas enviadas pelo CNMP ao 1.º Congresso Nacional Abolicionista. Lisboa, 1926, p. 26.

COVA, A. Mulheres e Associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939). In: VILLAVERDE, M. et al. (Ed.). *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. p. 583-602.

Diário de Notícias, Lisboa, 1 set. 1889.

GALHETO, A. *O génio da raça*. São Paulo: Tip. Paulista, 1924.

LIMA, A. Adelaide Cabete. In: *Enciclopédia Pedagógica Progredior*. Porto: Livraria Escolar Progredior, [s.d.]. p. 564-565.

LOUSADA, I. *Perfil de uma pioneira: Adelaide Cabete (1867-1935)*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011.

O'NEILL, M. Ao Dr. Arnaldo Brazão: Denodado Campeão do Abolicionismo. *Alma Feminina*, p. 1, jan./fev. 1928.

PORTO, A. Teses abolicionistas enviadas pelo CNMP ao 1.º Congresso Nacional Abolicionista. Lisboa, 1926, p. 8.

QUARESMA, V. *O Século*, 12 maio 1910.

ANEXO A

Documento datilografado em folha de papel timbrado “Resp. Loj. Humanidade”, no qual Adelaide Cabete, “Venerável”, se dirige à “Resp. Loj. Obreiros do Trabalho”, assinando Luiza Michel [sic]. Traduz-se num verdadeiro retrato sociológico e feminista, em Março de 1911.

A tórpe exploração dos sentimentos amorosos aguçados pela ingenuidade ou pelo sensualismo, o mercadejar infame com os votos das mães infecundas, ou com os recetos das que tem os filhos enfermos e a engodosa previsão de mortes beneficinas, constituem um campo d'acção moral, demolidora, bastante a semear o odio, e a desesperação nas familias.

*E se das funestas consequencias que a influencia de taes creaturas pôde exercer na cohesão interna da vida da **Familia** passármos immediatamente — n'uma dedução bem logica,—aquellas que pôdem resultar das confidencias de segredos alheios arrancá-dos á fraqueza dos consultantes, não parecerá pueril o reputarmos a existencia de tal Industria, como um verdadeiro perigo social a que urge pôr côbro.*

Na Capital, e nas suas arterias aristocraticas, offerecem publicamente os seus serviços de character politico e moral, e ainda quasi com attribuições clinicas, creaturas como M.^{me} Brouillard; que tem a sua clientela d'individuos d'uma roda escolhida, e de bolsa bem rechieda, que, pela informação dos jornaes de maior publicidade, lhe proporcionáram interesses calculados em vinte e cinco contos de réis, o anno passado.

*N'outros arruamentos e vielas, n'um comodo anonymato, exploram a mesma industria, nas classes populares, um grande numero de **Mulheres de Virtude**, menos decoradas; e por esse paiz fóra, uma legião numerosa d'industriaes do mesmo genero, vae arrancando á ignorancia e á superstição das creaturas rudes, os magros cobres roubados ás necessidades, immediatas, da vida.*

*Não podemos nós Maçons, cuja divisa é combater o **Erro a Superstição e o Fanatismo** — assistir indifferentes ao estadeamento de tal industria e vimos pedir á cooperação de todos os nossos II.: o auxilio bastante para reclamar das auctoridades administrativas, a applicação das leis, a adopção de medidas energicas, immediatas, conducentes a expulsar do nosso meio as **Chiromantes e Adivinhas** cuja existencia é publica e notoria, e a perseguir e impedir a exploração de tal industria ás que se acobertárem com o anonymato, mas cuja residencia será facil descobrir se todos os nossos II.: prestárem á causa porque nos interessamos, o appoio a que se obrigáram pelos seus compromissos maconicos.*

Saude e fraternidade.

Tr.: aos de Março de 1911 (e.: v.:)

A Veneravel

Luiza Michel

A Secretaria

Genevieve Royer

ANEXO B

O documento é um excerto de uma pauta existente nos livros de Termos do Liceu Central que Adelaide Cabete frequentou e onde concluiu o Curso dos Liceus em 1894, hoje designado Passos Manuel, embora na altura em que Adolfo Lima a ele se refere fosse Liceu do Intendente.

Liceu Central de Lisboa
1889-1890

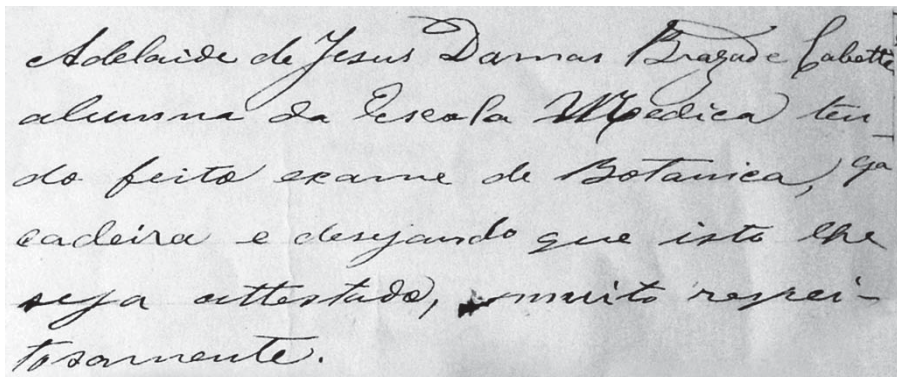
Numero do livro	Nome	Page
1	Abel Augusto Rosa <i>Fiz 21</i>	164
2	Abilio Bernardim de Azevedo Ponte Salgado <i>Fiz 29</i>	170
3	" Naul Araoz <i>Phy 157</i>	173
	" da Silva Passos	197
4	Abacuro Garcia Ramo <i>Fiz 4</i>	160
5	Adelaide de Jesus Dama Araoz e Calabre <i>Fiz 16</i>	17
	Adolpho Sebastião Fernandes da Silva	186
6	" Bernardim de Jesus Araoz <i>Fiz 18</i>	179

1889-1890

Numero individual	Termos de abertura e encerramento de matrícula	Médias e faltas nas aulas	Observações
15	<p>Adelaide de Jesus Dama Araoz e Calabre natural de Lisboa residente em Lisboa, Rua da Mouraria nº 3, de 22 annos de idade, filha de Francisco Manuel Araoz residente em casa propria em 15 de setembro de mil oitocentos oitenta e nove matriculou-se, como primária com o nome primario com deu</p> <p>Pagou a propina de 4000</p> <p>matriculada, <i>Adelaide de Jesus Dama Araoz e Calabre</i></p> <p>secretaria, <i>A. Cabete</i></p>	<p><i>Medias 100%</i> <i>Faltas 0</i> <i>Disciplinas 100%</i> <i>Disciplinas - dez</i></p>	
	<p>Em o dia _____ de _____ de 188__ encerrou a matricula em:</p> <p>Pagou a propina de 4000</p> <p>matriculada, <i>Adelaide de Jesus Dama Araoz e Calabre</i></p> <p>secretaria, <i>A. Cabete</i></p>	<p>Nas aulas teve o seguinte: <i>Disciplinas 100%</i> <i>Faltas 0</i> <i>Disciplinas - 2</i></p>	<p>Teve as seguintes faltas:</p>

ANEXO C

Documento datado de Agosto de 1897, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, relativo à cadeira de 2.º ano, em que ingressara em 1896. Adelaide Cabete defende a tese *A Protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento físico de novas gerações*, concluindo assim, em 26 de Julho de 1900, o curso pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa com a classificação de 14 valores.



Adelaide de Jesus Damas Braga e Cabete
alunna da Escola Médica tem
do feito exame de Botânica, 1ª
cadeira e desejando que isto lhe
seja attestado, muito respei-
tosamente.

ANEXO D

Uma aula prática em que lecionava Adelaide Cabete, à época no então designado Instituto Feminino de Educação e Trabalho, em Odivelas. “A professora médica, ensinando as alunas a tratar das criancinhas”.



ANEXO E

Contra a prostituição, *O Povo*, 13 set. 1928, p. 4.

A Liga Abolicionista entregou ao comandante da polícia uma mensagem pedindo o encerramento das casas de meretrizes

Uma comissão delegada da Liga Abolicionista, composta pelas sr.as D. Angélica Porto, D. Beatriz Magalhães, D. Maria da Conceição Lopes e D. Fábria Ochoa, procurou ontem o comandante da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, quem depois de apresentar os seus cumprimentos pelas medidas de saneamento moral ultimamente postas em execução pela polícia, fez entrega da seguinte mensagem:

«Desde 17 de Julho do corrente ano que, por ordem de v. ex.^a, desapareceram as características exteriores das casas de tolerância, tabuletas essas de um vil comércio que nos envilecia perante o mundo civilizado. Esta resolução, que há muito deveria ser tomada, não podia passar despercebida à Liga Portuguesa Abolicionista (contra a prostituição regulamentada) que vem; entre nós, desde 1926, fazendo pela imprensa uma intensa propaganda contra o vício meretricial e que no seu activo conta já a realização dum congresso nacional, contra a prostituição, dum grande brilhantismo e um inquérito sobre a prostituição nas principais cidades e vilas do país.

A proibição dos caracteres exteriores dos lupanares é, afinal, uma parcela mínima das nossas aspirações.

Aproveitando a oportunidade de manifestar a V. Ex.^a a nossa anuência à resolução de 17 de Julho último, vimos também pedir que faça mais alguma coisa. O encerramento imediato, puro e simples das casas de tolerância urge. É mesmo um complemento da medida tomada por v. ex.^a. E se assim não for continuará a ser livre o lucrativo negócio da carne humana, a escravatura das mulheres intensificar-se-á, e os focos de doenças e desmoralização continuarão a sifilizar a mocidade e a abastardar um povo.

A revista sanitária quer nos dispensários, quer em casa das toleradas, por estar demonstrada a sua ineficácia e constituir um perigo para a saúde pública, deve ser abolida.

Deve também proibir-se a inscrição de menores no registo de meretrizes que é medida de humanidade, que se impõe.

Nada há que recear. O espírito público está preparado para receber estas medidas.

Lisboa tem de acompanhar as outras cidades europeias, limpando o que é sujo e saneando o que é infecção.

A Liga Portuguesa Abolicionista, cumprimentando v. ex.^a pela sua obra de moralização de costumes já encetada, espera dever a continuação de outras medidas que satisfaçam as nossas aspirações abolicionistas.»

O sr. Coronel Ferreira do Amaral, que recebeu amavelmente as ilustres senhoras, manifestou a sua satisfação, pelo interesse que a Liga Abolicionista dedica ao momentoso problema

e disse que estando no seu espírito a pretensão deste organismo, não teria dúvidas em atendê-la na medida do possível.

Declarou, ainda que a partir do dia 1 de Dezembro do corrente ano, seriam encerradas as casas de meretrizes existentes em todos os rés de chão e lojas, abolindo assim totalmente os caracteres exteriores dos lupanares.

Reuniu-se esta tarde a Liga Abolicionista Portuguesa para tratar de diversos assuntos, especialmente da realização do 2.º Congresso Abolicionista.

A comissão de senhoras que fez entrega da mensagem ao comandante da polícia sobre o encerramento de casas de tolerância deu contas dos seus trabalhos, ficando a Liga muito bem impressionada, não só pela maneira atenciosa como o coronel Ferreira do Amaral atendeu as suas representantes, como pelas medidas que vão ser tomadas contra a prostituição.

Depois trocaram-se explicações sobre a acção a desenvolver pela delegada que a Liga Abolicionista tem junto da Sociedade das Nações, resolvendo-se officiar-lhe transmitindo as reclamações das abolicionistas portuguesas a fim de serem tratadas naquele organismo internacional.

Por último foi discutida a realização do 2.º Congresso Abolicionista ficando em princípio assente que essa mágoa assembleia se efectue em Lisboa, na primavera do ano de 1929.

Sabemos que nesse congresso tomarão parte grande número de delegados nacionais e estrangeiros.